

# I. EVOLUÇÃO RECENTE, SITUAÇÃO ACTUAL E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA MUNDIAL

01. Depois de um longo período de crescimento, a economia mundial atravessa, desde meados de 2007, a mais grave crise económica desde a Grande Depressão dos anos 1930, caracterizada pelo desabamento dos mercados financeiros, a contracção da produção industrial e do comércio internacional, o que conduziu as maiores economias à recessão.

02. Desde o segundo trimestre de 2009, porém, se vislumbram sinais de estabilização. A melhoria é visível no sector financeiro, no qual se constata a regularização do funcionamento dos mercados, um maior acesso ao crédito e *spreads* mais reduzidos. Contudo, o crédito bancário permanece escasso em razão dos condicionamentos de fundos próprios incorridos pelas instituições financeiras; prosseguem as correcções no mercado imobiliários nalgumas economias e a demanda continua reduzida.

## 1.1. Produto Mundial

03. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que, em 2009, o produto mundial recue 1,1%. Em 2010, graças ao ímpeto fornecido ao crescimento pelos pacotes de estímulo económico e pela consolidação do sector financeiro, o FMI prevê um retorno modesto ao crescimento de 3,1%, na medida em que se antevê uma diminuição do efeito das políticas orçamentais e monetárias, taxas de desemprego elevadas, aumento das pressões fiscais, persistência de uma fraca demanda e de níveis de produção reduzidos. Subsiste um grau de incerteza relativamente à retoma, pois depende do ritmo de recuperação do sector financeiro e da perda de riqueza incorrida pelos agentes.

04. Em 2009, prevê-se que as economias avançadas assinalem, em média, um declínio de 3,4% e que o conjunto das economias emergentes e em desenvolvimento cresça 1,7%. Em 2009, estima-se que na Área Euro e nos Estados- Unidos se verifique uma quebra na actividade económica de 4,2% e 2,7 pontos percentuais, respectivamente. Em África, prevê-se que, em 2009, o crescimento económico se reduza para 1,7%, em virtude da diminuição dos preços das commodities. As estimativas do FMI indicam que, em 2010, as economias africanas crescerão, em média, 4,0%.

## 1.2. Comércio Internacional

05. O comércio mundial, que constituiu o suporte do crescimento mundial desde 2001, tem sido um dos principais canais de transmissão da crise dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. Em 2008, o fluxo de bens e serviços mundial, situou-se em 3,0%, representando uma redução com relação à taxa média anual de 8,0% observada durante 2003-2007. Acompanhando a queda da demanda, os preços das principais commodities decaíram no quarto trimestre de 2008 para níveis de 2006.

06. Em 2009, com o agravamento da crise, prevê-se que o volume do comércio mundial de bens e serviços registre uma contracção de 11,9%, a maior desde os anos 1930, em virtude, da queda acentuada das exportações das economias avançadas de 13,6% e da redução das

importações de igual proveniência de 13,7%. Em 2010, com a retoma da economia mundial, estima-se que o comércio mundial cresça 2,5%.

### **1.3. Preço do Petróleo Bruto**

07. A recuperação do mercado petrolífero é notável desde Abril de 2009, mês a partir do qual o preço do barril de petróleo começou a registar aumentos de dois dígitos. Contudo, o preço médio mensal do barril de petróleo no primeiro semestre de 2009, perpez US\$51,6, situando-se abaixo dos valores de 2006 e 2007 e representando cerca de metade do valor constatado em período homólogo de 2008.

08. Estimativas do FMI prevêem que em 2009 e 2010, o barril do petróleo atinja uma média, respectivamente, de US\$61,5 e US\$76,5, em razão de cortes de produção da OPEP e das perspectivas de retoma da economia mundial. Todavia, calcula-se que persista um elevado grau de volatilidade no mercado petrolífero.

### **1.4. Inflação**

09. Em 2008, observou-se um aumento da inflação justificado pela subida acentuada dos preços das principais *commotities*, nomeadamente do petróleo e dos bens alimentares. As perspectivas para 2009, tendo em conta a quebra da actividade económica, são de desaceleração da inflação. Nas economias avançadas, o FMI projecta um aumento moderado do nível geral de preços de 0,1%, o que constitui uma diminuição com relação à inflação média da região no período 2003-2007, de 2,1%.

10. Nas economias emergentes e em desenvolvimento, após um aumento da inflação para 9,3%, em 2008, antevê-se, em 2009, uma redução para 5,5%. Em 2010, as previsões apontam para uma ténue recrudescência da inflação nas economias avançadas, na ordem de 1 ponto percentual, para 1,1%. Em 2010, espera-se que prossiga a tendência de descida de inflação, nas economias emergentes e em desenvolvimento, prevendo-se que os preços aumentem em média 4,9% nos países da região.

### **1.5. Taxas de Juro**

11. Quanto às taxa de juro, avalia-se que em 2009 e 2010 a taxa real LIBOR de 6 meses deverá situar-se em -0,4% e -0,1%, respectivamente, uma queda desde os 0,9% registado em 2008. Entretanto, a taxa mundial real de longo prazo deverá situar-se em 2,9% e 2,5%, respectivamente em 2009 e 2010, quando em 2008 ela foi de 0,4%.

## II. EVOLUÇÃO RECENTE E QUADRO ACTUAL DA SITUAÇÃO MACROECONÓMICA E FINANCEIRA INTERNA

12. O bom desempenho macroeconómico de Angola prosseguiu em 2008, ano em que a economia nacional registou novamente uma taxa real de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois dígitos, sustentada pela elevada progressão do Sector não-Petrolífero. O contexto internacional favorável e uma boa gestão macroeconómica em 2008, permitiram o crescimento substancial das receitas de exportação e fiscais, o aumento das reservas internacionais líquidas para cerca de US\$13 mil milhões e a manutenção do rácio dívida pública em relação ao PIB num nível reduzido, próximo de 17,0%.

13. Porém, em finais de 2008 a crise económica e financeira internacional atingiu a economia doméstica através da queda drástica dos preços do petróleo nos mercados internacionais, o que reduziu consideravelmente as receitas do Estado, no primeiro trimestre de 2009. Em consequência, geraram-se temores de desvalorização cambial que resultaram numa fuga em massa dos activos financeiros denominados em kwanzas, em direcção de activos denominados em dólares, com impactos desfavoráveis sobre as Reservas Cambiais do país.

### 2.1. Sector Real

14. Em 2008, o PIB a preços de mercado aumentou de Kz4.637,7 mil milhões para Kz6.373,4 mil milhões, o representou um crescimento em termos reais de 13,8%, com o Sector Petrolífero a registar uma progressão de 12,3%. O Sector não-Petrolífero, que cresceu 20,5%, teve como sectores mais dinâmicos os Serviços Mercantis, com uma taxa de crescimento real de 26,9%, a Energia, com 26,1%, e a Construção, com 25,6%. O Sector de Pescas e o Sector Diamantífero registaram um declínio dos seus produtos de 2,4% e de 8,2%, respectivamente.

**Quadro 1: Produto Interno Bruto, 2007-2009**

	2007 Est.	2008 Est.	2009 Est.
<b>PIB a preços correntes de mercado (mil milhões de kz.)</b>	<b>4.637,7</b>	<b>6.373,4</b>	<b>5.256,3</b>
<b>Taxa de crescimento real (preços do ano anterior) (%)</b>	<b>23,3</b>	<b>13,8</b>	<b>1,3</b>
Sector petrolífero	20,4	12,3	-3,6
Sector não-petrolífero	25,7	20,5	5,2
<b>Composição (%)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Agricultura e Pecuária	7,7	8,2	11,4
Indústria extractiva	57,6	59,4	39,9
Petróleo Bruto e Gás	55,8	58,3	38,9
Diamantes e outras extractivas	1,8	1,2	1,0
Indústria transformadora	5,3	6,6	7,2
Energia eléctrica	0,1	0,1	0,1
Construção	4,9	4,4	7,6
Serviços mercantis	16,9	15,3	22,0
Outros	7,2	6,1	8,4

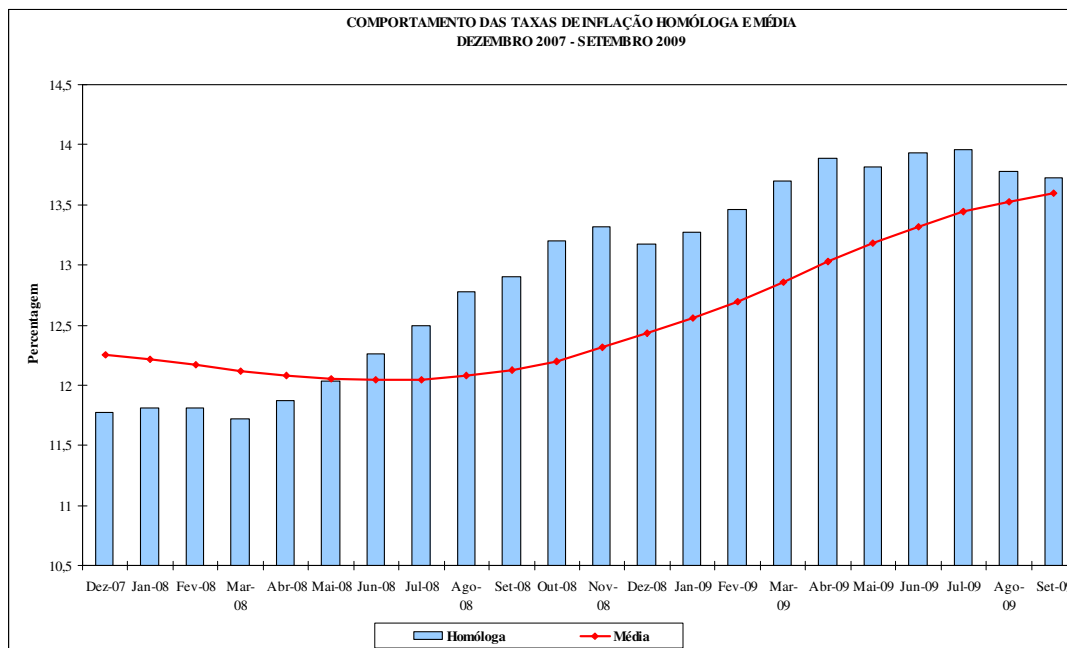
Fonte: Ministério do Planeamento, INE e estimativas do GEREI/Ministério das Finanças

15. Para o ano de 2009, as estimativas indicam um crescimento real do PIB de 1,3%, como consequência da queda do Sector Petrolífero de 3,6% e do crescimento do Sector Não Petrolífero em 5,2%. Desses factos resultará que, em 2009, o sector não Petrolífero aumentará a sua participação no PIB de 41,7% para 61,1%, enquanto que Sector Petrolífero verá a sua contribuição no PIB diminuir de 58,3% em 2008 para 38,9%, indicando uma mudança estrutural importante na economia nacional, embora se devendo à queda do preço de petróleo (cf. Quadro 1).

## 2.2. Inflação

16. A taxa de inflação anual acumulada, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor da Cidade de Luanda foi, em 2008, de 13,2%, o que representou um aumento de cerca de 1,4 pontos percentuais em relação a 2007. É de referir que a maior parte da inflação verificada em Luanda durante 2008, assim como nos dois anos anteriores, teve como origem as deficiências estruturais – transportes públicos e logística de escoamento da produção agrícola principalmente – existentes na economia nacional.

**Gráfico 1:**



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística (INE).

17. No ano de 2009, a inflação acumulada anual até Setembro de 2009 situava-se em 9,3. Entretanto, a inflação homóloga passou de 13,2%, em Dezembro de 2008, para 13,7%, em Setembro de 2009, enquanto que a inflação média, no mesmo período, passou de 12,4% para 13,6%.

## 2.3. Sector Monetário

18. Entre Dezembro de 2008 e Agosto de 2009, os Activos Internos Líquidos (AIL) aumentaram 85,4%, no que influenciou o aumento do Crédito Interno Líquido em 102,1%, sendo que o Crédito à Economia aumentou em 21,3%. Porém, os Activos Externos Líquidos (AEL) reduziram-se em 29,8%, devido à diminuição das Reservas Internacionais

Líquidas (RIL) de US\$17,5 mil milhões, em Dezembro de 2008, para US\$12,6 mil milhões, no final de Agosto de 2009.

19. A diminuição das RIL foi consequência da redução das receitas de exportação do país, como consequência da queda do preço do petróleo bruto e dos diamantes decorrente da crise financeira e económica internacional, e da elevada liquidez existente face à maturação do elevado stock de Bilhetes do Tesouro.

20. Os meios de pagamento M3, M2 e M1 variaram respectivamente em 4,0%, 29,1% e 13,1%, entre Dezembro de 2008 e Agosto de 2009. A menor variação do M3 em relação aos outros agregados deveu-se à redução da emissão de Bilhetes do Tesouro, que anulou, em parte, os efeitos expansionistas do M1 e M2. Os “Empréstimos e Acordos de Recompra”, nomeadamente, registaram uma contracção de 48,5%, em Moeda Externa, e de 46,1%, em Moeda Nacional.

#### **2.4. Sector Fiscal**

21. Em 2008, as contas Fiscais assinalaram uma Receita de Kz3.217,4 mil milhões, uma Despesa de Kz2.653,8 mil milhões, um Saldo Global de Kz563,6 mil milhões e um Saldo de Caixa de Kz907,9 mil milhões.

#### **2.5. Sector Externo**

22. Relativamente à evolução da Balança de Pagamentos, o Saldo da Conta Corrente diminuiu de US\$9,4 mil milhões, em 2007, para US\$6,4 mil milhões, em 2008, o correspondente a 7,8% do PIB. A diminuição de US\$3 mil milhões Saldo da Conta Corrente, equivalente a 3,7% do PIB, é decorrente do crescimento das importações (53,6%) superior ao das exportações (44,0%) e do aumento dos défices das Contas de Serviços e de Rendimentos, de 76,8% e 65,2%, respectivamente.

23. O Stock da Dívida Externa do país aumentou de US\$9,8 milhões, em 2007, para US\$13,9 milhões, em 2008, o que equivale, em termos relativos, a uma manutenção no rácio da dívida externa em relação ao PIB em 17,0%. A taxa de câmbio do dólar dos E.U.A. em relação kwana registou uma depreciação nominal de Kz76,0, em Dezembro de 2008, para Kz 77,8, em Setembro de 2009.

### III. DESEMPENHO DAS FINANÇAS DO ESTADO NOS ANOS DE 2007 E 2008 E PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2009

#### 3.1. Receita e Despesa por Natureza Económica e Financiamento

24. Em 2008, a Receita do Estado totalizou Kz3.217,4 mil milhões, equivalente a 50,5% do PIB, o que correspondeu a um aumento de 4,7 pontos percentuais do PIB relativamente a 2007. A Despesa do Estado, que perfaz Kz2.653,8 mil milhões, valor que representou 41,6% do PIB, assinalando-se desta forma um aumento 7,1 pontos percentuais do PIB em relação a 2007. O Saldo Global na óptica do compromisso registou um *superavit* de Kz563,6 mil milhões, equivalente a 8,8% do PIB, o que representou, porém, uma diminuição de 2,5 pontos percentuais do PIB quando comparado aos valores constatados em 2007 (cf. Quadro 2).

Quadro 2:

Cód. PF	Kwanzas Correntes				Porcentagem do PIB			
	2007	2008	2009	2009	2007	2008	2009	2009
	Exec.	Exec.	Prog.	Proj.	Exec.	Exec.	Prog.	Proj.
<b>1 Receitas</b>	<b>2.124,7</b>	<b>3.217,4</b>	<b>1.615,2</b>	<b>1.900,6</b>	<b>45,8</b>	<b>50,5</b>	<b>32,5</b>	<b>36,2</b>
1.1 Impostos	2.052,8	3.070,2	1.538,2	1.762,6	44,3	48,2	30,9	33,5
1.1.1 Petrolíferos	1.722,0	2.601,9	1.025,8	1.210,1	37,1	40,8	20,6	23,0
1.1.1.1 Dos quais: Direitos da concessionária	845,2	1.504,4	454,1	637,7	18,2	23,6	9,1	12,1
1.1.2 Não petrolíferos	330,8	468,3	512,4	552,5	7,1	7,3	10,3	10,5
1.2 Contribuições sociais	48,2	93,4	27,9	74,7	1,0	1,5	0,6	1,4
1.3 Doações	2,3	1,9	0,4	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0
1.4 Outras receitas	21,4	51,9	48,7	61,8	0,5	0,8	1,0	1,2
<b>2 Despesa Total</b>	<b>1.599,5</b>	<b>2.653,8</b>	<b>2.371,5</b>	<b>2.649,7</b>	<b>34,5</b>	<b>41,6</b>	<b>47,7</b>	<b>50,4</b>
2.1 Despesas correntes	1.068,2	1.761,2	1.549,3	1.992,2	23,0	27,6	31,2	37,9
2.1.1 Remuneração dos empregados	364,5	543,0	707,3	793,1	7,9	8,5	14,2	15,1
2.1.1.1 Vencimentos	347,8	522,0	668,6	760,5	7,5	8,2	13,4	14,5
2.1.1.2 Contribuições sociais	16,7	20,9	38,6	32,7	0,4	0,3	0,8	0,6
2.1.2 Bens e serviços	343,9	539,1	440,0	762,2	7,4	8,5	8,9	14,5
2.1.3 Juros	50,9	93,9	106,9	102,7	1,1	1,5	2,2	2,0
2.1.3.1 Externos	34,7	33,8	21,0	12,4	0,7	0,5	0,4	0,2
2.1.3.2 Internos	16,3	60,2	85,9	90,3	0,4	0,9	1,7	1,7
2.1.4 Transferências correntes	308,9	585,2	295,2	334,2	6,7	9,2	5,9	6,4
<b>2.2. Aquisição de activos não financeiros</b>	<b>531,3</b>	<b>892,6</b>	<b>822,2</b>	<b>657,5</b>	<b>11,5</b>	<b>14,0</b>	<b>16,5</b>	<b>12,5</b>
<b>Saldo corrente sem doações</b>	<b>1.054,2</b>	<b>1.454,3</b>	<b>65,5</b>	<b>-93,1</b>	<b>22,7</b>	<b>22,8</b>	<b>1,3</b>	<b>-1,8</b>
<b>Saldo corrente</b>	<b>1.056,5</b>	<b>1.456,2</b>	<b>65,9</b>	<b>-91,7</b>	<b>22,8</b>	<b>22,8</b>	<b>1,3</b>	<b>-1,7</b>
<b>Saldo global sem doações</b>	<b>522,9</b>	<b>561,7</b>	<b>-756,7</b>	<b>-750,6</b>	<b>11,3</b>	<b>8,8</b>	<b>-15,2</b>	<b>-14,3</b>
<b>Saldo global (compromisso)</b>	<b>525,1</b>	<b>563,6</b>	<b>-756,3</b>	<b>-749,2</b>	<b>11,3</b>	<b>8,8</b>	<b>-15,2</b>	<b>-14,3</b>
<b>3 Variação de atrasados</b>	<b>132,8</b>	<b>344,3</b>	<b>0,0</b>	<b>158,3</b>	<b>2,9</b>	<b>5,4</b>	<b>0,0</b>	<b>3,0</b>
3.1 Internos	109,8	332,1	0,0	147,9	2,4	5,2	0,0	2,8
3.2 Externos	23,0	12,2	0,0	10,4	0,5	0,2	0,0	0,2
<b>Saldo global (caixa)</b>	<b>658,0</b>	<b>907,9</b>	<b>-756,3</b>	<b>-590,9</b>	<b>14,2</b>	<b>14,2</b>	<b>-15,2</b>	<b>-11,2</b>
<b>4 Financiamento líquido</b>	<b>-658,0</b>	<b>-907,9</b>	<b>756,3</b>	<b>590,9</b>	<b>-14,2</b>	<b>-14,2</b>	<b>15,2</b>	<b>11,2</b>
4.1 Financiamento interno (líquido)	-696,0	-917,7	510,4	150,1	-15,0	-15,2	10,3	2,9
4.1.1 Bancos	55,9	-848,5	0,0	312,5	1,2	-13,9	0,0	5,9
4.1.2 Outros	-751,9	-69,1	510,4	-162,5	-16,2	-1,4	10,3	-3,1
4.2 Financiamento externo (líquido)	38,0	41,3	245,9	251,6	0,8	0,6	4,9	4,8
4.2.1 Activos	0,0	0,0	0,0	5,0	0,0	1,0	1,0	6,0
4.2.2 Passivos	38,0	41,3	245,9	251,6	0,8	0,6	4,9	4,8
4.2.2.1 Empréstimos líquidos recebidos	35,5	41,3	245,9	251,6	0,8	0,6	4,9	4,8
4.2.2.1.1 Desembolsos	125,1	194,6	395,5	386,9	2,7	3,1	8,0	7,4
4.2.2.1.2 Amortizações	-89,6	-153,2	-149,6	-135,4	-1,9	-2,4	-3,0	-2,6
4.2.2.2 Outras contas a pagar	2,5	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0

Memo

Inflação (%)	11,8	13,2	12,5	14,0
Taxa de câmbio média (Kz/US\$)	76,58	75,03	78,00	77,12
Exportação de Petróleo Bruto (milhões de barr)	619,8	693,6	653,4	644,7
Preço médio fiscal de exportação do petróleo t	70,8	93,9	37,0	55,1
Brent (spot)	72,4	96,9		57,0
PIB (mil milhões de kwanzas)	4.636,8	6.373,7	4.971,3	5.256,3
Não petrolífero	2.099,6	2.748,2	3.575,9	3.210,4

25. Apesar de em 2008 se terem registado níveis de Receita e de Despesa superiores aos registados em 2007, o Saldo orçamental foi inferior, traduzindo uma progressão da Despesa superior à da Receita, assinalou-se, contudo, uma melhoria da taxa efectiva de tributação, tanto da Receita Petrolífera, como da Receita não-Petrolífera, as quais aumentaram 3,7 e 0,2 pontos percentuais do PIB, respectivamente. No lado da Despesa, a Despesa Corrente evidenciou uma progressão de 4,6 pontos percentuais do PIB e a Aquisição Líquida de Activos não-Financeiros registou um aumento de 2,5 pontos percentuais do PIB.

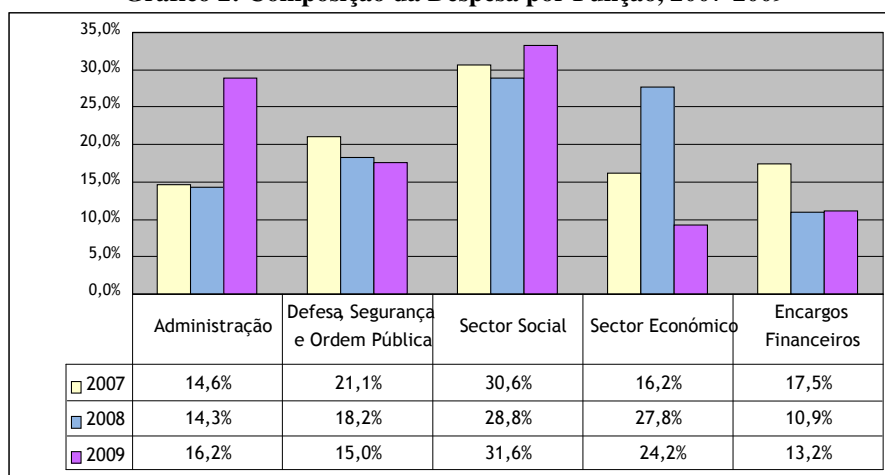
26. Dado o resultado fiscal e tendo em conta as operações financeiras realizadas, o stock da dívida externa do Estado passou de cerca de US\$5,67 mil milhões (9,4% do PIB), em Dezembro de 2007, para cerca de US\$7,47 mil milhões (8,8% do PIB), em Dezembro de 2008.

27. As projecções para 2009 apontam para um défice fiscal de 14,3% do PIB (Kz756,3 mil milhões), como resultado de um nível de Receitas Fiscais equivalente a 36,2% do PIB e de Despesas Totais de 50,4% do PIB. Com isso, dadas as operações financeiras projectadas, o stock da dívida externa do Estado deverá elevar-se para cerca de US\$10,8 mil milhões, representando o equivalente a cerca de 15,7% do PIB.

### 3.2. Despesa por Função

28. Relativamente à estrutura da Despesa por Função, nos anos de 2007 e 2008 a Despesa Social constituiu a rubrica mais importante com, respectivamente, 30,6% e 28,8% da Despesa total. Em 2009, antevê-se que a Despesa Social permaneça a mais elevada com 31,6% da Despesa total, o que representará um aumento de 2,8 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

**Gráfico 2: Composição da Despesa por Função, 2007-2009**



29. As projecções apontam para que, em 2009, se observe igualmente um crescimento das despesas com Administração e os Encargos Financeiros, em detrimento das despesas com o Sector Económico, a Defesa e com Segurança e Ordem Pública. O ressentimento da despesa com o Sector Económico é consequência das restrições impostas pelo impacto da crise financeira e económica internacional.

## IV. POLÍTICA ORÇAMENTAL E ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO DE 2010

### 4.1. Enquadramento Geral

30.A Política Orçamental a ser seguida em 2010 tem o seu enquadramento geral nos objectivos globais do Plano de Governação 2009-2012 do partido no poder, que, no geral, se podem resumir como sendo:

1. Crescimento económico acelerado e sustentável;
2. Aumento do emprego e dos rendimentos;
3. Recuperação e construção das infra-estruturas;
4. Melhoria das condições de vida da população; e
5. Reformas do Estado.

31.Assim, o Quadro Macroeconómico da proposta orçamental para o ano de 2010 é o seguinte:

**Quadro 3: Quadro Macroeconómico**

	2007	2008	2009	2010
	Est.	Est.	Proj.	Prog.
Inflação anual global (%)	11,8	13,2	14,0	13,0
Produção Petrolífera anual (milhões de barris)	619,8	695,7	670,5	693,5
Preço médio fiscal do petróleo bruto (US\$)	70,8	93,9	55,1	58,0
Produto Interno Bruto				
Valor Nominal (mil milhões de Kwanzas)	4.636,8	6.373,7	5.256,3	6.741,0
Taxa de crescimento real (%)	23,3	13,8	1,3	8,6
Sector petrolífero	20,4	12,3	-3,6	3,4
Sector não petrolífero	25,7	15,0	5,2	10,5

### 4.2. Política e Medidas de Política Orçamental

32.Tal como em 2009, a Política Orçamental do Governo em 2010, subordinada aos objectivos de globais do Governo, continuará a ter os seguintes eixos principais:

- a) Sustentabilidade da despesa pública;
- b) Racionalização da despesa pública;
- c) Melhoria da eficiência do sector público e da eficácia da despesa pública;
- e
- d) Melhoria da arrecadação fiscal.

33.Nesse âmbito, prevêem-se implementar, entre outras, as seguintes medidas:

- Revisão da Lei-quadro do Orçamento, de modo a reflectir a evolução e as reformas da administração das administrações públicas;
- Regulamentação da concessão de subsídios às instituições de utilidade pública, prevenindo que sejam atribuídos fundos públicos apenas com base na mera qualificação de tais instituições com sendo de utilidade pública;
- Implementação das rotinas para o processo de fiscalização orçamental, financeira, patrimonial e operacional da Administração do Estado e para a elaboração da Conta Geral do Estado, no quadro das disposições do Decreto n.º 39/09 e do Decreto Executivo n.º 82/09, ambos de 17 de Agosto;
- Conclusão da análise de sustentabilidade da dívida pública e elaboração da Estratégia do Endividamento Público;
- Desconcentração do processamento de dados das admissões e promoções no âmbito do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), para efeito do processamento das remunerações;
- Continuidade das acções de desconcentração do processo de Programação Financeira da execução do Orçamento Geral do Estado para as Unidades Financeiras Provinciais e Municipais;
- Implementação das seguintes acções, no âmbito da Reforma Tributária:
  - Aprovação dos projectos dos seguintes Códigos: (i) Geral Tributário; (ii) de Processo Tributário; (iii) do Imposto do Selo; (v) do Imposto Geral sobre Vendas e Serviços, em substituição do Imposto do Consumo; e (vi) do Imposto sobre o Rendimento do Trabalho;
  - Estudo para reforma do Código do Imposto sobre as Sucessões, Doações e Sisa;
  - Racionalização e consolidação legislativa do Código do Imposto Industrial;
  - Estudo para a revisão do Regime das Execuções Fiscais;
  - Estudo para a revisão do Regime de Infracções Tributárias (Aduaneiras e Fiscais);
  - Estudo para revisão das taxas e outros encargos parafiscais;
  - Criação de mecanismos institucionais de coordenação entre a Direcção Nacional de Impostos e Direcção Nacional das Alfândegas com vista à gestão, em comum, de certas estruturas (cadastro, sistema informático, fiscalização, justiça, formação profissional);
  - Criação das bases de um Instituto de Formação Tributária destinado à formação em matérias fiscais, aduaneiras, contabilísticas e outras disciplinas auxiliares da tributação;
  - Recrutamento e formação de novos técnicos para a administração fiscal e aduaneira;
  - Progressiva compatibilização da legislação vigente relativa à DNI e à DNA, incluindo os respectivos Regulamentos Internos e os Estatutos das Carreiras, bem como, dos sistemas tecnológicos, de

comunicação e de informação e dos sistemas de formação profissional; e

- Nomeação e preparação de uma equipa para as negociações tendentes a estabelecer Acordos de Dupla Tributação.
- Disseminação de novas metodologias de inventariação do Património do Estado pelos órgãos das administrações públicas;
- Implementação do módulo de Gestão Patrimonial do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial do Estado (SIGPE); e
- Continuidade das acções de desconcentração do processo de Programação Financeira da execução do Orçamento Geral do Estado para as Unidades Financeiras Provinciais e Municipais.

### **4.3. O Orçamento**

34. O OGE 2010 tem Receitas Fiscais projectadas em cerca de Kz2.286,5 mil milhões e Despesas Fiscais fixadas em cerca de Kz2.479,6 mil milhões, correspondendo, respectivamente, a 33,9 e 36,8% do PIB. Com isso, o Saldo Orçamental global apurado é de Kz193,2 mil milhões (US\$2.195,2 milhões) negativos, equivalente a um défice de 2,9% do PIB. Dada uma redução de atrasados calculada em cerca de Kz105,6 mil milhões (US\$1.200 milhões), o Saldo de Caixa esperado é de Kz424,8 mil milhões (US\$3.395,2 milhões) negativos (cf. o Quadro 4).

**Quadro 4:**  
**Balanço Orçamental, 2008-2010**

Cód. PF	Kwanzas Correntes				Percentagem do PIB			
	2008	2009	2009	2010	2008	2009	2009	2010
	Exec.	Prog.	Proj.	OGE	Exec.	Prog.	Proj.	OGE
<b>1 Receitas</b>	<b>3.217,4</b>	<b>1.615,2</b>	<b>1.900,6</b>	<b>2.286,5</b>	<b>50,5</b>	<b>32,5</b>	<b>36,2</b>	<b>33,9</b>
1.1 Impostos	3.070,2	1.538,2	1.762,6	2.170,9	48,2	30,9	33,5	32,2
1.1.1 Petrolíferos	2.601,9	1.025,8	1.210,1	1.459,6	40,8	20,6	23,0	21,7
1.1.1.1 Dos quais: Direitos da concessionária	1.504,4	454,1	637,7	969,7	23,6	9,1	12,1	14,4
1.1.2 Não petrolíferos	468,3	512,4	552,5	711,3	7,3	10,3	10,5	10,6
1.1.2.1 Impostos sobre rendimentos, lucros e ganhos de capital	149,1	164,5	157,4	211,2	2,3	3,3	3,0	3,1
1.1.2.2 Impostos sobre folha de salários e força de trabalho	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1.1.2.3 Impostos sobre propriedades	2,8	3,9	3,5	4,7	0,0	0,1	0,1	0,1
1.1.2.4 Impostos sobre bens e serviços	135,7	163,6	164,0	212,5	2,1	3,3	3,1	3,2
1.1.2.5 Impostos sobre transacções e comércio internacional	104,3	134,5	132,6	189,2	1,6	2,7	2,5	2,8
1.1.2.6 Outros impostos	76,5	45,9	95,0	93,7	1,2	0,9	1,8	1,4
1.2 Contribuições sociais	93,4	27,9	74,7	80,8	1,5	0,6	1,4	1,2
1.3 Doações	1,9	0,4	1,5	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0
1.4 Outras receitas	51,9	48,7	61,8	34,2	0,8	1,0	1,2	0,5
<b>2 Despesa Total</b>	<b>2.653,8</b>	<b>2.371,5</b>	<b>2.649,7</b>	<b>2.479,6</b>	<b>41,6</b>	<b>47,7</b>	<b>50,4</b>	<b>36,8</b>
2.1 Despesas correntes	1.761,2	1.549,3	1.992,2	1.733,2	27,6	31,2	37,9	25,7
2.1.1 Remuneração dos empregados	543,0	707,3	793,1	866,6	8,5	14,2	15,1	12,9
2.1.1.1 Vencimentos	522,0	668,6	760,5	825,8	8,2	13,4	14,5	12,3
2.1.1.2 Contribuições sociais	20,9	38,6	32,7	40,7	0,3	0,8	0,6	0,6
2.1.2 Bens e serviços	539,1	440,0	762,2	499,2	8,5	8,9	14,5	7,4
2.1.3 Juros	93,9	106,9	102,7	75,3	1,5	2,2	2,0	1,1
2.1.3.1 Externos	33,8	21,0	12,4	30,0	0,5	0,4	0,2	0,4
2.1.3.2 Internos	60,2	85,9	90,3	45,3	0,9	1,7	1,7	0,7
2.1.4 Transferências correntes	585,2	295,2	334,2	292,1	9,2	5,9	6,4	4,3
2.1.4.1 Subsídios	443,4	202,5	187,7	186,7	7,0	4,1	3,6	2,8
2.1.4.2 Doações	0,0	0,0	13,8	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0
2.1.4.3 Prestações sociais	116,9	75,9	80,6	86,1	1,8	1,5	1,5	1,3
2.1.4.4 Outras despesas	24,8	16,8	52,1	19,4	0,4	0,3	1,0	0,3
2.2 Aquisição de activos não financeiros	892,6	822,2	657,5	746,4	14,0	16,5	12,5	11,1
<b>Saldo corrente sem doações</b>	<b>1.454,3</b>	<b>65,5</b>	<b>-93,1</b>	<b>552,8</b>	<b>22,8</b>	<b>1,3</b>	<b>-1,8</b>	<b>8,2</b>
<b>Saldo corrente</b>	<b>1.456,2</b>	<b>65,9</b>	<b>-91,7</b>	<b>553,3</b>	<b>22,8</b>	<b>1,3</b>	<b>-1,7</b>	<b>8,2</b>
<b>Saldo global sem doações</b>	<b>561,7</b>	<b>-756,7</b>	<b>-750,6</b>	<b>-193,6</b>	<b>8,8</b>	<b>-15,2</b>	<b>-14,3</b>	<b>-2,9</b>
<b>Saldo global (compromisso)</b>	<b>563,6</b>	<b>-756,3</b>	<b>-749,2</b>	<b>-193,2</b>	<b>8,8</b>	<b>-15,2</b>	<b>-14,3</b>	<b>-2,9</b>
<b>3 Variação de atrasados</b>	<b>344,3</b>	<b>0,0</b>	<b>158,3</b>	<b>-105,6</b>	<b>5,4</b>	<b>0,0</b>	<b>3,0</b>	<b>-1,6</b>
3.1 Internos	332,1	0,0	147,9	-105,6	5,2	0,0	2,8	-1,6
3.2 Externos	12,2	0,0	10,4	0,0	0,2	0,0	0,2	0,0
<b>Saldo global (caixa)</b>	<b>907,9</b>	<b>-756,3</b>	<b>-590,9</b>	<b>-298,8</b>	<b>14,2</b>	<b>-15,2</b>	<b>-11,2</b>	<b>-4,4</b>
<b>4 Financiamento líquido</b>	<b>-907,9</b>	<b>756,3</b>	<b>590,9</b>	<b>298,8</b>	<b>-14,2</b>	<b>15,2</b>	<b>11,2</b>	<b>4,4</b>
4.1 Financiamento interno (líquido)	-917,7	510,4	150,1	-16,3	-15,2	10,3	2,9	-0,2
4.1.1 Bancos	-848,5	0,0	312,5	0,0	-13,9	0,0	5,9	0,0
4.1.2 Outros	-69,1	510,4	-162,5	-16,3	-1,4	10,3	-3,1	-0,2
4.2 Financiamento externo (líquido)	41,3	245,9	251,6	315,0	0,6	4,9	4,8	4,7
4.2.1 Activos	0,0	0,0	5,0	0,0	1,0	1,0	6,0	1,0
4.2.2 Passivos	41,3	245,9	251,6	315,0	0,6	4,9	4,8	4,7
4.2.2.1 Empréstimos líquidos recebidos	41,3	245,9	251,6	315,0	0,6	4,9	4,8	4,7
4.2.2.1.1 Desembolsos	194,6	395,5	386,9	491,0	3,1	8,0	7,4	7,3
4.2.2.1.1.1 Empréstimos financeiros	0,0	0,0	0,0	105,6	0,0	0,0	0,0	1,6
4.2.2.1.1.2 Linhas de crédito	194,6	395,2	386,9	375,8	3,1	8,0	7,4	5,6
4.2.2.1.1.3 Projectos	0,0	0,2	0,0	9,6	0,0	0,0	0,0	0,1
4.2.2.1.1.4 Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4.2.2.1.2 Amortizações	-153,2	-149,6	-135,4	-176,0	-2,4	-3,0	-2,6	-2,6
4.2.2.2 Outras contas a pagar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo Primário Não Petrolífero	-1.944,4	-1.675,2	-1.856,5	-1.577,5	-30,5	-33,7	-35,3	-23,4
Saldo Não Petrolífero	-2.038,3	-1.782,1	-1.959,3	-1.652,8	-32,0	-35,8	-37,3	-24,5
Memo								
Inflação (%)	13,2	12,5	14,0	13,0				
Taxa de câmbio média (Kz/US\$)	75,03	78,00	77,12	88,0				
Exportação de Petróleo Bruto (milhões de barris)	693,6	653,4	644,7	693,5				
Preço médio fiscal de exportação do petróleo bruto (US\$/barril)	93,9	37,0	55,1	58,0				
PIB (mil milhões de kwanzas)	6.373,7	4.971,3	5.256,3	6.741,0				
Não petrolífero	2.748,2	3.575,9	3.210,4	4.121,7				

02. Em termos brutos, as operações financeiras previstas – venda e aquisição de activos, amortização da dívida interna e externa – que deverão gerar um fluxo líquido positivo equivalente ao saldo negativo de caixa, serão as seguintes:

a) Activas:

- Venda de activos mais amortização de empréstimos concedidos: Kz2,9 mil milhões (US\$32,9 milhões);
- Desembolsos de financiamentos internos: Kz311,9 mil milhões (US\$3.543,9 milhões); e
- Desembolsos de financiamentos externos: Kz491,0 mil milhões (US\$5.580,0 milhões);

b) Passivas:

- Concessão de financiamento e outras aplicações financeiras: Kz108,9 mil milhões (US\$1.237,1 milhões);
- Amortização da dívida interna mais redução de atrasados: Kz327,8,8 mil milhões (US\$3.724,6 milhões); e
- Amortização da dívida externa: Kz176,0 mil milhões (US\$2.000,0 milhões).

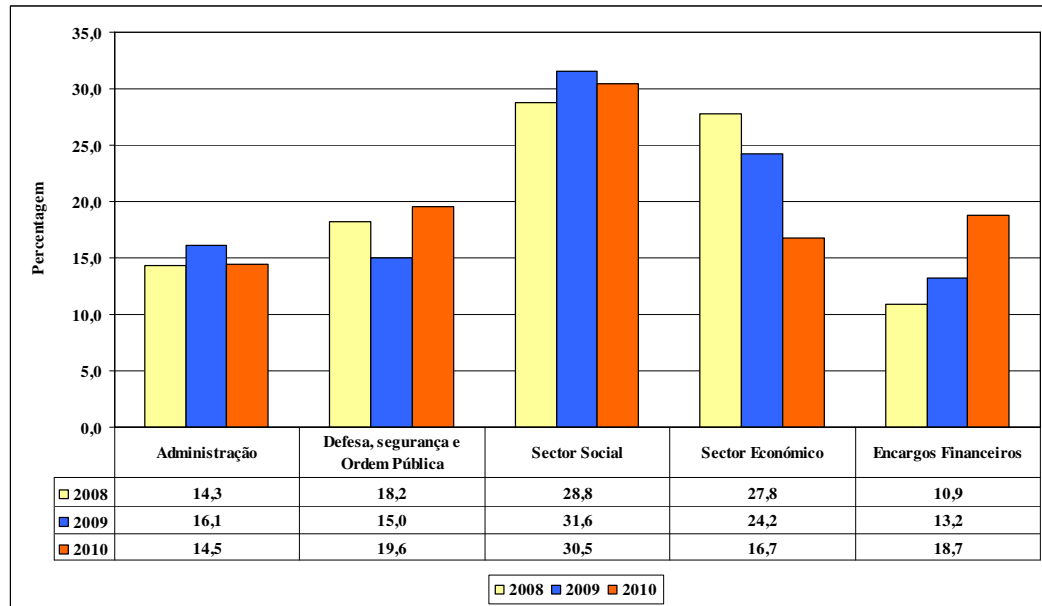
03. A Receita Fiscal Total (exclui financiamentos) está repartida entre 63,8% de petrolíferas e 36,2% de não petrolíferas. No que diz respeito à Despesa Orçamental Total (exclui amortização da dívida), ela distribui-se em 69,9% de Despesas Correntes e 30,1% de Despesas de Capital. A Despesa com Vencimentos corresponde a 34,9% do total, enquanto que a despesa com Subsídios 7,5% do Total.

04. No seu conjunto, a Receita Fiscal Total apresenta, em termos reais, um aumento de 39,2% em comparação com a execução projectada para 2009. A Despesa Orçamental Total, por seu turno, deverá aumentar, em termos reais e comparativamente à execução projectada para 2009, em cerca de 5,7%, sendo que a Despesas Corrente deverá diminuir em 1,7%%, enquanto que o da Despesas de Capital deverá aumentar em 28,3%.

05. Com base nos fluxos líquidos, o endividamento externo do Governo deverá aumentar em cerca de US\$3.580,0 milhões, para cerca de US\$14.311,1 milhões, o que equivalerá a 18,7% do PIB.

06. Quanto à distribuição funcional da despesa total orçamentada (Gráfico 3), o Sector Social, com 30,5% da despesa total, continua a beneficiar da maior porção, seguindo-se-lhe a Defesa, Segurança e Ordem Pública (19,6%), os Encargos Financeiros (18,7%), o Sector Económico (16,7%) e a Administração (14,5%).

**Gráfico 3:  
Evolução da Distribuição Funcional da Despesa, 2008-2010**



07. Em termos de Fluxos Financeiros, as Origens e Aplicações de Recursos (Quadro 5) estão calculados em cerca de Kz3.092,3 mil milhões (cerca de US\$35.139,5 milhões).

**Quadro 5:**  
**Fluxos Financeiros do OGE 2008-2010**

	DESIGNAÇÃO	2008	2009	2009	2010
	Pr	Executado	Prog. Rev.	Proj.	OGE
<b>I</b>	<b>ORIGENS (1.1+1.2+1.3+1.4+1.5)</b>	<b>4.234.448.903.215,13</b>	<b>2.621.282.892.391,00</b>	<b>3.702.220.309.789,15</b>	<b>3.092.272.166.646,00</b>
1.1	Receitas fiscais	3.217.416.250.912,51	1.615.245.174.312,00	1.900.568.855.849,45	2.286.472.634.739,00
1.1.1	Impostos	3.070.215.946.992,79	1.538.230.979.825,00	1.762.561.365.656,21	2.170.940.901.428,00
1.1.1.1	Petrolíferas	2.601.883.319.747,75	1.025.830.098.606,00	1.210.094.208.199,00	1.459.630.480.000,00
1.1.1.1.1	Dos quais: Receita da concessionária	1.504.410.328.039,00	454.130.936.396,00	637.688.464.176,66	969.698.400.000,00
1.1.1.2	Não petrolíferas	468.332.627.245,04	512.400.881.219,00	552.467.157.457,21	711.310.421.428,00
1.1.2	Contribuições	93.398.411.239,60	27.879.827.012,00	74.718.728.991,68	80.849.478.806,00
1.1.3	Doações	1.871.559.369,14	443.637.022,00	1.459.591.944,82	443.637.022,00
1.1.4	Outras receitas	51.930.333.310,98	48.690.730.453,00	61.829.169.256,74	34.238.617.483,00
1.2	Amortização de empréstimos concedidos	0,00	7.600.000,00	0,00	7.600.000,00
1.3	Venda de activos	1.044.618.054,00	3.560.833.309,00	260.713.715,00	2.889.057.907,00
1.4	Financiamentos	723.393.626.033,99	1.002.466.444.145,00	1.206.170.951.429,92	802.902.874.000,00
1.4.1	Internos	528.807.220.198,58	606.995.717.268,00	819.234.210.035,29	311.862.874.000,00
1.4.1.1	Títulos	0,00	606.995.717.268,00	651.440.083.203,47	311.862.874.000,00
1.4.1.2	Outros (inclui atrasados)	528.807.220.198,58	0,00	167.794.126.831,83	0,00
1.4.2	Desembolsos externos	194.586.405.835,41	395.470.726.877,00	386.936.741.394,62	491.040.000.000,00
1.4.2.1	Empréstimos financeiros	0,00	0,00	0,00	105.600.000.000,00
1.4.2.2	Linhas de crédito e projectos	194.586.405.835,41	395.470.726.877,00	386.936.741.394,62	385.440.000.000,00
1.4.2.3	Outros (inclui perdão e reescalonamento)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5	Reservas do Tesouro	292.594.408.214,63	2.840.625,00	595.219.788.794,78	0,00
<b>II</b>	<b>APLICAÇÕES (2.1+2.2+2.3+2.4+2.5+2.6+2.7+2.8)</b>	<b>4.202.891.202.773,47</b>	<b>2.621.282.892.391,00</b>	<b>3.891.463.132.529,25</b>	<b>3.092.272.166.646,00</b>
2.1	Remuneração dos empregados	542.952.914.844,66	707.258.573.513,00	793.113.978.040,59	866.590.836.824,00
2.1.1	Vencimentos	522.030.892.569,78	668.609.423.851,00	760.460.912.462,64	825.845.297.824,00
2.1.2	Contribuições sociais	20.922.022.274,88	38.649.149.662,00	32.653.065.577,95	40.745.539.000,00
2.2	Uso de bens e serviços	539.099.599.451,75	439.969.442.789,00	762.172.570.490,01	499.161.877.591,00
2.3	Juros	81.196.048.081,00	106.890.585.003,00	92.278.565.648,76	75.345.636.000,00
2.3.1	Externos	21.559.943.053,91	21.000.000.000,00	1.988.740.216,28	30.000.000.000,00
2.3.2	Internos	59.636.105.027,09	85.890.585.003,00	90.289.825.432,48	45.345.636.000,00
2.4	Transferências	585.202.412.697,11	295.227.366.575,00	334.237.926.195,46	292.117.124.572,00
2.4.1	Subsídios	443.434.427.996,69	202.493.344.903,00	187.716.232.381,82	186.682.572.251,00
2.4.2	Doações	0,00	0,00	13.817.770.225,61	0,00
2.4.3	Prestações sociais	116.937.859.365,13	75.884.690.202,00	80.639.565.048,03	86.079.920.425,00
2.4.4	Outras	24.830.125.335,29	16.849.331.470,00	52.064.358.540,00	19.354.631.896,00
2.5	Aquisição de activos não financeiros (Inclui Investimentos)	892.641.976.237,69	822.159.215.280,00	657.497.168.864,80	746.431.429.325,00
2.6	Outras aplicações financeiras	173.953.299.272,90	66.509.900.926,00	253.302.988,46	108.862.388.334,00
2.6.1	Concessão de empréstimos	19.062.999.287,51	19.210.021.137,00	2.150.952.209,64	25.411.080.539,00
2.6.2	Outras aplicações	154.890.299.985,39	47.299.879.789,00	-1.897.649.221,18	83.451.307.795,00
2.7	Amortização da dívida	232.825.565.920,37	183.267.808.305,00	947.945.786.543,40	503.762.874.000,00
2.7.1	Interna	79.585.181.915,39	33.684.118.305,00	812.562.982.712,81	327.762.874.000,00
2.7.1.1	Titulada	70.021.745.093,58	33.684.118.305,00	812.018.680.796,94	222.162.874.000,00
2.7.1.2	Atrasados	9.563.436.821,81	0,00	544.301.915,87	105.600.000.000,00
2.7.2	Externa	153.240.384.004,98	149.583.690.000,00	135.382.803.830,59	176.000.000.000,00
2.8	Reservas do Tesouro	1.155.019.386.267,98	0,00	303.963.833.757,77	0,00
<b>III</b>	<b>SALDO (I - II) (+: excesso de financiamento; -: gap de financiamento)</b>	<b>31.557.700.441,66</b>	<b>0,00</b>	<b>-189.242.822.740,10</b>	<b>0,00</b>